

Registo Judicial da Mudança de Residência do Pai

Processo: 1234/2026 – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais – Menor de 8 anos

Autor/Requerente: Maria da Conceição Silva, NIF 213 456 789, residente em Rua da Estrela, nº 45, 2.º Dto., 1200-234 Lisboa

Réu/Requerido: José António Pereira, NIF 987 654 321, residente em **antigo domicílio:** Avenida da República, nº 12, 3.º Esq., 1050-160 Lisboa

Mandatários:

- Dr. Ana Sofia Martins – Ordem dos Advogados nº 12345, escritório em Rua das Flores, nº 8, 4.º Esq., 1200-345 Lisboa
- Dr. Luís Fernando Carvalho – Ordem dos Advogados nº 67890, escritório em Avenida da Liberdade, nº 150, 5.º Dir., 1250-147 Lisboa

Juiz: Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa – Dr. Rui Miguel Santos

Data da Entrada: 12 de fevereiro de 2026

I. Contextualização

1. Nos autos acima referidos, a parte autora requereu a modificação da regulação das responsabilidades parentais da menor **Ana Sofia Pereira**, nascida a 3 de outubro de 2018, alegando, entre outros fundamentos, a **mudança unilateral de residência** do pai, José António Pereira, para outra cidade, o que teria impacto direto no regime de visitas previamente estabelecido.
2. Em cumprimento da diligência de **citação** praticada em 20 de janeiro de 2026, o réu apresentou **certidão de novo domicílio**, emitida pela Junta de Freguesia de **Porto**, datada de 5 de fevereiro de 2026, onde consta o seguinte endereço:

Campo	Informação
Rua	Rua de Santa Catarina, nº 27
Andar	2.º, Esq.
Código Postal	4000-123 Porto
Freguesia	Cedofeita
Concelho	Porto
Data de mudança	1 de fevereiro de 2026

3. O réu alega que a mudança de residência se deu por motivos profissionais (transferência interna da empresa **TechNova – Soluções Informáticas, Lda.**, NIF 514 321 098), tendo mantido o compromisso de cumprir o regime de visitas acordado, ainda que a distância entre Lisboa e Porto seja de aproximadamente 310 km.

II. Constatação Judicial

4. **Procedimento de Verificação** – O juiz, após análise da certidão apresentada e da documentação anexa (contrato de trabalho, comprovativo de residência (fatura de água) e declaração de IRS de 2025), considerou **verificada** a alteração de domicílio do réu, nos termos do artigo 208.º do Código de Processo Civil, por se tratar de facto relevante para a decisão sobre a guarda e visitas.
5. **Relevância para o Regime de Visitas** – Tendo em conta a distância geográfica ora constatada, bem como a necessidade de garantir o direito da menor à convivência regular com ambos os progenitores, o juiz reconhece que a mudança de residência implica a necessidade de **revisão do plano de visitas**, nos termos do melhor interesse da criança (artigo 191.º do Código Civil).

6. **Comunicação às Partes** – Foi ordenado que a parte autora seja notificada, por meio do seu mandatário, da presente constatação, para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, apresente eventuais impugnações ou propostas de novo regime de visitas.
-

III. Dispositivo

7. **Registro** – Fica **registrada** nos autos a alteração de domicílio do réu, José António Pereira, para o endereço indicado na certidão emitida pela Junta de Freguesia de Porto, com efeitos a partir de **1 de fevereiro de 2026**.
8. **Prazo para Manifestação** – Concedem-se à parte autora **15 (quinze) dias úteis**, contados da data de notificação, para apresentar, por escrito, a sua proposta de novo regime de visitas ou impugnação da mudança de residência, nos termos do artigo 209.º do CPC.
9. **Audiência de Conciliação** – Caso não haja acordo, o juiz designa **audiência de conciliação** para o dia **15 de março de 2026**, às 10h00, na Sala de Audiências da Vara da Família e dos Menores de Lisboa, a fim de se procurar solução consensual que assegure o bem-estar da menor Ana Sofia Pereira.
10. **Custas Processuais** – As custas referentes à prática deste registo judicial ficam a cargo da parte requerente, nos termos do artigo 81.º do CPC.
-

IV. Notificação

11. **Notificação ao Réu** – O réu será notificado, por carta registada com aviso de receção, da presente decisão, devendo apresentar, caso queira, a sua **contestação** ao pedido de revisão do regime de visitas, no mesmo prazo de 15 dias úteis.
12. **Comunicação ao Ministério Público** – Dado o interesse de menor envolvido, o Ministério Público será informado da presente decisão, nos termos do artigo 178.º do Código de Processo Civil, para acompanhamento do processo.
-

Lisboa, 12 de fevereiro de 2026

Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Dr. Rui Miguel Santos

Este registo judicial foi elaborado e autenticado eletronicamente, nos termos da Lei n.º 41/2015, de 27 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 2/2022, de 26 de janeiro, sobre a digitalização dos atos judiciais.